



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://doi.org/10.29380/2020.14.02.39>

Recebido em: **24/08/2020**

Aprovado em: **25/08/2020**

INCLUSÃO ESCOLAR E DOCÊNCIA CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NA SALA DE AULA REGULAR SCHOOL INCLUSION AND
TEACHING CONSIDERATIONS ABOUT AUTISTIC SPECTRUM DISORDER IN THE
REGULAR CLASSROOM INCLUSIÓN Y ENSEÑANZA ESCOLAR CONSIDERACIONES
SOBRE EL TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN EL AULA REGULAR

JOCIELE OLIVEIRA BATISTA ASSMAR

<https://orcid.org/0000-0003-2650-7507>

ISABELA ROSÁLIA LIMA DE ARAUJO

VIVIANE NOVAES DE SOUZA

<https://orcid.org/0000-0002-6130-4345>

RESUMO

A Inclusão escolar é um dos temas mais discutidos na atualidade, o surgimento de transtornos de aprendizagem e a presença de alunos com algum tipo de deficiência no contexto escolar tem sido um fato corriqueiro. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o conceito de inclusão escolar e a prática docente como meio de interações entre as crianças com transtorno de aprendizagem em sala de aula. O referencial teórico contará com contribuições das pesquisas de Nóvoa (1995), Tardif (2014), Mantoan (2003). Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico cujo desenvolvimento textual contará com relatos de experiência a partir da observação de uma criança autista em sala de aula regular. A problemática se debruça em entender como a prática docente contribui para a inclusão escolar de uma criança com Transtorno Global do Desenvolvimento.

ABSTRAT

School inclusion is one of the most discussed topics today, the emergence of learning disorders and the presence of students with some type of disability in the school context has been a common fact. This paper aims to reflect on the concept of school inclusion and teaching practice as a means of interactions between children with learning disorders in the classroom. The theoretical framework will have contributions from research by Nóvoa (1995), Tardif (2014), Mantoan (2003). This is a qualitative research of a bibliographic nature whose textual development will rely on experience reports from the observation of an autistic child in a regular classroom. The problem focuses on understanding how teaching practice contributes to the school inclusion of a child with Global Developmental Disorder.

SUMMARY

La inclusión escolar es uno de los temas más discutidos hoy en día, la aparición de trastornos del aprendizaje y la presencia de estudiantes con algún tipo de discapacidad en el contexto escolar ha sido un hecho común. Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el concepto de inclusión escolar y práctica docente como un medio de interacción entre los niños con trastornos de aprendizaje en el aula. El marco teórico tendrá contribuciones de investigaciones de Nóvoa (1995), Tardif (2014), Mantoan (2003). Esta es una investigación cualitativa de naturaleza bibliográfica cuyo desarrollo textual se basará en informes de experiencia basados ??en la observación de un niño autista en un aula regular. El problema se centra en comprender cómo la práctica docente contribuye a la inclusión escolar de un niño con trastorno del desarrollo global.

Introdução

A educação é um processo inerente as comunidades humanas, desde os antepassados, quando viviam em grupos, caçavam e acendiam fogueiras, os seres humanos aprenderam a viver em comunidade e compreenderam que para isso é necessário cooperação e contribuição uns dos outros. A função idealizadora da educação envolve entronizar os indivíduos para que exerçam os diferentes papéis sociais, isso envolve desenvolver em cada sujeito, as condições necessárias para a ocupação de diferentes atividades que darão ênfase a estrutura social. Nesse sentido, dentro do caráter ético e político, a educação possui alguns traços essenciais que segundo Monteiro (2013) implica

- Um projeto de pessoas envolvendo o modo como outras pessoas serão formadas.
- Orientado para o tipo de sociedade que com elas se deverá organizar.
- A partir do tipo de comportamento que terão e das formas de relacionamento que manterão entre si. (p.9)

Entro desse contexto, a educação inclusiva não é diferente, percebe-se quão necessário e importante é o ensino para viver em comunidade visando uma sociedade com relações sustentáveis, e para tanto, a inclusão entra em cena mostrando um leque de possibilidades. A vida na escola deve se basear em relações recíprocas de respeito, cooperação e empatia, muitas vezes envolve negociações de como se portar em diferentes circunstâncias para cooperação de uma criança com transtorno de aprendizagem por exemplo, o fato é que a escola e os professores precisam mudar, a fim de conceber uma educação inclusiva verdadeira e operante nas instituições escolares.

A princípio, o professor como profissional da educação, é peça fundamental para promoção da inclusão na escola. Percebe-se o vazio deixado por uma educação incapaz de cumprir suas funções sociais primárias, que não dão conta da heterogeneidade no espaço escolar. A atual tendência educacional se consolida na “perspectiva aldeia” em que os sujeitos ali educados e formados possuem um padrão de comportamentos e posturas viáveis ao ambiente escolar, porém nos últimos anos, tem surgido diversos transtornos de aprendizagem que desmistifica o conceito de homogeneidade e o comportamento padrão ideal. Porém, o docente, como mediador entre as interações humanas, precisa conceder atenção a diversidade no ambiente escolar e concretizá-la em medidas que perpassem as capacidades e conhecimentos intelectuais que dispõe os alunos, compreendendo os interesses e motivações deles na instituição de ensino.

Segundo Brasil (1997),

A atuação do professor em sala de aula deve levar em conta os fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de déficit sensorial, motor ou psíquico ou superdotação intelectual. [...] Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou em medidas extras que atendam às necessidades individuais. (p.97)

Uma das funções da educação inclusiva está diretamente ligada a garantia de condições de aprendizagem a todos os alunos, sem distinção ou segregação. No desenvolvimento deste trabalho será frisado o autismo como transtorno do desenvolvimento cujas manifestações são evidenciadas nas disfunções sociais, comportamentais e na linguagem. Um dos maiores desafios é propiciar a interação verbal entre a criança autista e seus pares, consequentemente essa dificuldade reflete na prática docente em sala de aula. Mediante isso, esta pesquisa, gira em torno da questão: Considerando a profissão docente como mediadora entre as interações dialógicas, como o educador pode contribuir para a interação de uma criança com transtorno do espectro autista na sala de aula? Este trabalho busca refletir o conceito de inclusão escolar dentro do contexto educacional, frisando a profissão docente como instrumento de transformação das práticas educativas com vista na formação de cidadãos críticos, empáticos e contribuintes no processo educacional.

Profissão das interações humanas

A profissão docente é uma atividade fundamental para a transformação social, vai além de planejar, discutir em reuniões, elaborar provas ou inserir notas no diário de classe, ela se concretiza na trajetória diária, no olhar nos olhos, perceber interesses, e alguns dos conflitos, e carências dos alunos. Trata-se de ser mediador entre o que sabe e o que não se sabe, traduz-se em andar lado a lado dos alunos e possibilitar as relações interpessoais em sala de aula. Segundo Tardif (2014), a profissão docente é realizada

[...] diferentemente dos objetos que nunca se encontram, mas que, no máximo, podem se tocar externamente, os seres humanos tornam-se realmente presentes uns aos outros, são co- presentes numa situação instaurada pelo seu encontro ,portadores que são de expectativas, de perspectivas, de motivações, de interesses, que devem ser ,de certo modo, agendados, negociados e precisados para produzir a possibilidade de uma ação em comum. (Tardif, 2014, p. 177)

Ao contrário de lidar com os objetos, se relacionar com seres humanos implica ser coparticipante e presente em suas vivências cotidianas, ser professor requer o contato pessoal com a comunidade escolar e isso se faz nos encontros diários com sujeitos de expectativas, desafios e anseios. Entender a docência como ação mediadora e transformadora, envolve o entendimento dos saberes que constituem sua essência profissional são os saberes: curricular, experiencial e disciplinar. Ao se defrontar com a rotina de planejamento, aulas, lançamento de notas e diálogo em classe, o professor antes de ser o profissional da educação é antes de tudo, um ser humano de valores, sentimentos, sonhos e singularidade. A prática do professor num contexto de uma sala de aula homogênea é bastante comum e talvez simples nas intervenções pedagógicas, porém é inevitável o surgimento de preocupações, conflitos e a falta de resultado no processo ensino e aprendizagem. Diante das questões de inquietações no processo educacional, Figueiredo(2010), sugere que

A valorização do papel social do aluno só é possível na medida em que ele é reconhecido por seus pares como uma pessoa que traz uma contribuição, mesmo que seja modesta, ao desenvolvimento de saberes, de saber fazer e do saber ser coletivo. A criança percebe-se como um indivíduo que contribui para o desenvolvimento de saberes e do saber-fazer coletivo e retira disso múltiplas vantagens. (p.36)

No processo educativo, o reconhecimento do aluno como ser social faz-se necessário para que sua contribuição na aprendizagem escolar seja notória. Isso é possível mediante a atuação do educador através do saber escutar, dialogar e conviver com os saberes prévios dos educandos. Professor e aluno constituem-se parceiros do processo educativo, tanto um quanto o outro aprendem mutuamente e deixam-se aprender a todo momento através dos encontros, troca de saberes e a construção do conhecimento. De acordo com Freire (1996), “ o fundamental é que professor e alunos saibam que a postura deles, do professor e do aluno, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala e enquanto ouve.” (p.96) . Reconhecer o aluno como sujeito ativo é dar-lhe espaço como ser social, que interage, questiona e sobretudo não fica passivo as realidades circundantes e conteúdos prontos. O saber fazer e ser coletivo se faz na curiosidade, no diálogo e nas vivências oportunizadas pelo professor em sala de aula, eis aqui o que difere a atividade docente das outras profissões cujo instrumento de trabalho são os objetos.

Quando se contempla a singularidade do trabalho pedagógico, há uma questão a ser discutida, como por exemplo: Sendo a docência a profissão das interações humanas, como o professor pode atuar num contexto em que o aluno tem algum transtorno de aprendizagem que impossibilita ou dificulta a interação?

Para ser um professor é preciso seguir alguns requisitos curriculares: cursar uma graduação, pós graduação, cursos de aperfeiçoamento profissional e ou manter uma formação continuada. Mas as complexidades existentes com relação a aprendizagem de um aluno com necessidades educacionais especiais requer mais que títulos ou atividades complementares. De acordo com Paro (2015), “usualmente, se acredita que bastam a frequência a um curso superior e a obtenção de um diploma de licenciatura para exercer com qualidade as atribuições docentes.” Os conhecimentos teóricos e cursos são bem vindos para a formação dos profissionais de educação, porém é preciso dar espaço ao docente como ser pessoal, que precisa se construir e reconstruir todos os dias, dando espaço ao ser saber experiencial. Para Nóvoa (1995), a formação do professor não é construída pelo acúmulo de cursos ou técnicas, mas sobre a flexibilidade crítica sobre as suas práticas de(re) construção permanente de uma identidade pessoal, ressalta ainda o autor que é importante investir na pessoa do professor e dar um estatuto ao saber da experiência. Para tanto, no contexto educacional, e para melhor atender um aluno com dificuldades na aprendizagem ,é mister que o educador se aproprie de uma modalidade educacional cujo embasamento está em somar, acompanhar, apoiar, e contribuir com os instrumentos específicos para a dificuldade específica na sala de aula, a saber: a inclusão escolar.

Inclusão escolar

O termo inclusão escolar tem tido diversas interpretações, dentre elas, a mais conhecida é a comparada ao conceito: integração. No entanto, inclusão é uma modalidade educacional que funciona facilitadora das relações entre os ditos “iguais” e os diferentes. Tem-se observado nas instituições escolares o destaque maior de classes homogêneas, onde os alunos mostram-se aparentemente com características comuns: andam, se comunicam verbalmente, interagem com os colegas, respondem as solicitações dos professores, enxergam ,ouvem e se expressam normalmente. Até esse momento tudo bem, todos os educandos encontram-se num ambiente em que respondem imediatamente aos fatores externos. Mediante isso, vale destacar que cada professor e aluno dentro de si abrigam gostos, decisões e escolhas específicas e há o fato de existir crianças com necessidades educacionais especiais, as quais diante do processo de ensino aprendizagem se comportam de maneira própria que precisa ser entendida tanto pelos professores, quanto pela comunidade escolar. Nesse sentido, como tem sido a formação docente para a inclusão escolar?

Mantoan (2003), refere-se a alguns pontos que discutem a formação em serviço para a educação inclusiva:

1. Por se adaptarem ao ensino tradicional com classes homogêneas as quais se baseiam em aulas e regras transmitidas, os docentes esperam que a formação em serviço seja feita pelos formadores em cursos, especializações para a educação inclusiva.
2. Se tiverem que aceitar alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula, os professores pensam primeiramente em compreender a origem e conceituação dos problemas de aprendizagem e os prognósticos das deficiências a fim de saber aplicar técnicas para melhoria da aprendizagem escolar desses alunos.
3. A resolução imediata dos problemas dos transtornos de aprendizagem e ou lidar com a diferença, usando dessa forma, o conhecimento que solucione a partir de regras gerais.

Diante dessas hipóteses, a autora defende um conceito de inclusão contrário aos itens citados acima, sugere um fazer inclusão que visa a transformação tanto do professor quanto da escola, propiciando assim um refazer das concepções antes mantidas por uma educação inclusiva tradicionalista e vazia. O conceito de inclusão interpretado pelos profissionais de educação , tem se baseado no fato de cumprir tabela sobre o tratamento homogêneo feito nas classes regulares de ensino. Por outro lado, uma inclusão escolar ideal é compreendida no tratamento humano e empático o qual não compactua com o ensino tradicional tanto evidenciado pelos professores. O tradicionalismo, tendência educacional cuja ideologia está no professor como detentor do conhecimento, tem proporcionado um conformismo nas salas de aula, tal como a educação bancária cujo objetivo é o depósito do conhecimento sem a reflexão de suas contribuições ao sujeito como indivíduo singular que atua num meio dinâmico e social. Para Mantoan (2003) , o termo

[...] inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação, e assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um designer diferente de propostas de profissionalização existentes e de uma formação em

serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional.(p.43)

O tradicionalismo é um método ultrapassado e ainda muito usado por milhares de educadores, porém na educação inclusiva, o projeto é outro, as idealizações são novas, quando a escola conceber este modelo educacional tanto ela quanto os seus atores participantes serão mudados. Mas enquanto isso não se concretiza, a falta de investimento quanto as condições pedagógicas e de infra-estrutura da escola, prejudica e interrompe o avanço desse ideal. Deve-se existir as condições de acompanhamento e desenvolvimento das atividades curriculares programadas para todos os educandos, sem as condições necessárias para que seja feita a inclusão escolar, as instituições de ensino darão lugar a exclusão e segregação. Segundo Pereira e Santos (2010),

Sem medidas e investimento na construção e avanço do processo de inclusão escolar, surge o discurso de resistência a inclusão , com ênfase na falta de condições pedagógicas e de infra-estrutura da escola. Esse posicionamento não se traduz em práticas transformadoras capazes de propor alternativas e estratégias de formação e implantação de recursos nas escolas que respondam afirmativamente as demandas dos sistemas de ensino, resultando na continuidade das práticas tradicionais que justificam a segregação em razão da deficiência. (p.21)

Com toda certeza, o investimento direcionado as condições pedagógicas e infraestrutura da escola são extremamente necessárias. Quando as autoras citam “ condições pedagógicas” envolve também a capacitação de docentes para a inclusão, de forma que sejam propostas alternativas de formação e implementação dos recursos específicos que respondam as demandas de ensino, aqui destaca-se alunos com necessidades educacionais especiais, transtornos globais de desenvolvimento ou qualquer tipo de deficiência. Logo, a qualificação dos professores e o investimento na estrutura da escola são aspectos relevantes que viabilizam a inclusão escolar Segundo Brasil (1997) , “ a escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito as diferenças- não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem , portanto, ser fator de enriquecimento. “ (p.97). A escola como instituição de ensino que promove a formação da cidadania precisa mudar , reinventar as suas práticas e reformular o projeto político pedagógico que rege as suas ações, ela já tem sido apta para trabalhar com a homogeneidade, mas e quanto as diferenças? A escola e os profissionais que lá atuam estão preparados para conviver com as diferenças, múltiplas deficiências e transtornos da aprendizagem?

Segundo Mantoan (2003, p.33), algumas mudanças são necessárias para que a escola seja inclusiva:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade, e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários, e alunos porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.
- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprová a repetência.
- Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

Uma escola voltada para a inclusão é aquela que adota um novo estilo de ensino, o qual exige formação plena de seus integrante a fim de formar as crianças para a cidadania. Ora, para lidar com as diferenças, sejam elas em diferentes aspectos, faz-se necessário um novo modelo educativo que possibilita o ensino para todos sem distinção.

Nota-se a trajetória de uma escola inclusiva como algo inalcançável mas não impossível quando em nossa sociedade percebe-se a urgência e anseio por práticas de inclusão que digam não a exclusão.

Relato de observação : Disfunções Comportamentais de uma criança autista em sala de aula na Educação Infantil.

A Educação Infantil abrange o ensino de crianças entre 4 a 6 anos de idade, com efeito, é uma atividade desafiadora já que envolve adaptação dos educandos ao ambiente escolar. Na instituição de ensino em questão, foi possível a observação da turma da Educação infantil, através do estágio supervisionado como requisito obrigatório do curso de pedagogia. A unidade de ensino infantil, possui quatro salas de aula, uma secretaria, cantina, parquinho, banheiros feminino e masculino para as crianças, sala de vídeo, almoxarifado e uma sala para atendimento educacional especializado cujos profissionais não se faziam presente durante o turno vespertino, nos dias de observação. Aparentemente a escola possui estrutura física para o desenvolvimento das atividades pedagógicas rotineiras, porém os recursos pedagógicos para a inclusão de crianças especiais não eram notáveis. A classe tinha 17 crianças aproximadamente, dentre elas, uma será atendida pelo nome fictício: Brenda. Quanto a esta criança, a professora regente demonstrava-se indiferente as suas necessidades e particularidades, não sabia orientar atividades pedagógicas específicas para inclusão de Brenda em sala de aula, tampouco se preocupava com os comportamentos agressivos da criança com os coleguinhas.

Os primeiros dias seguiam-se em clima de choro, os alunos chegavam acompanhados pelos pais e quando estes se ausentavam, as lágrimas nos olhos das crianças surgiam de forma abundante. Em alguns dias Brenda chorava, em outros, permanecia indiferente aquela situação desconfortável de estar distante de seus familiares.

A única palavra pronunciada por Brenda, era “mamãe” quando ela queria alguma coisa ou quando não sabia o que realmente necessitava no momento. Raramente ela se comunicava com os colegas, ao contrário, agredia fisicamente, lançava objetos ao chão e inúmeras vezes andava de um lado para outro dentro da sala de aula. Também tinha o hábito de se esconder embaixo da carteira da professora, não seguia a rotina de acolhimento e mal realizava as atividades de classe.

Ao passar dos dias, os comportamentos de Brenda ficavam mais agressivos: corria na sala de aula, puxava o cabelo das outras alunas, chorava sem motivo, e mantinha atitudes repetitivas como por exemplo : acender e apagar a lâmpada da sala de aula, se despirm na frente dos coleguinhas, gritar, e andar na ponta dos pés.

Com relação as atividades de sala, Brenda realizava usando os recursos disponíveis, fazia movimentos circulares no papel, nada além disso, diferentemente das outras crianças, não tinha como compreender o motivo pelo qual ela sempre desenhava círculos. Enquanto os outros educandos seguiam as orientações em atividades lúdicas ou em momentos de contação de histórias, Brenda não respondia aos estímulos provocados em sala de aula.

Na semana final das observações, em diálogo com a professora regente, ela comentou que há pouco tempo foi constatado por meio diagnóstico médico que Brenda, a menina de 4 anos , era uma criança com transtorno do espectro autista. Naquele momento de descoberta foi como se tivesse se descortinado um pergaminho, o qual indicava uma direção para o repensar as práticas pedagógicas ao lidar com Brenda. O lamentável é que existem professores cujos alunos tem alguma dificuldade específica na aprendizagem mas o motivo não é conhecido pelo docente. Trata-se de um desafio ainda não conhecido, estudado ou investigado. Durante o estágio de regência, a professora da classe infantil omitiu o fato revelador de que Brenda era autista, ela apenas comentou sobre o motivo dos comportamentos agressivos da criança porque fora questionada, e como não tínhamos habilidade ao lidar num contexto de criança autista, mas tínhamos percebido suas particularidades em se relacionar conosco e com os coleguinhas, desconfiávamos de que Brenda tinha algo incomum que necessitava de intervenção pedagógica especial.

Dentre os transtornos globais de desenvolvimento, o autismo é evidenciado a partir da observação de pais, professores ou profissionais da área da saúde, e quanto mais cedo for evidenciado, melhor para as atividades de intervenção e diagnóstico. O autismo diante da profissão docente constitui-se um desafio para o processo de ensino aprendizagem, já que o professor trabalha com as interações verbais e não verbais em sala de aula.

A criança autista, dentro de suas particularidades, possui dificuldade nessas interações provocadas no ambiente escolar, o que torna a labuta do professor ainda mais desafiadora, porém, o conhecimento sobre o autismo como transtorno de aprendizagem faz toda a diferença, pois a partir do momento em que se conhece as disfunções no âmbito social, comportamental e da linguagem, a prática docente se torna mais fácil no contexto da inclusão do autista em sala de aula.

Docência e autismo infantil: interações interpessoais possíveis?

A docência dentro do contexto das relações humanas é uma profissão transformadora, trata-se de uma atividade em que o diálogo e a troca de saberes ocupa um espaço fundamental na rotina diária da convivência escolar. Mas todos os alunos tem sua singularidade e forma de se expressar, cada um possui uma personalidade distinta, o mestre em seu ofício tenta compreender as diferentes naturezas e comportamentos dos seus educandos. Por outro lado, a criança autista tem uma maneiras peculiares de se expressar, ela

[...] permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com as outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ela e que não se interage fora dele. (Praça, 2011, p.25)

A primeira definição de autismo aconteceu em 1943 pelo médico austríaco Leo Kanner o qual teve a ideia de observar um grupo de crianças com idades variadas entre 2 a 8 anos de idade. A partir disso, ele pôde constatar o distúrbio autístico de contato afetivo. As 11 crianças descritas pelo médico tiveram comportamentos em comum, o que acentuou a necessidade de estudo sobre o transtorno que tornou-se frequente com o passar do tempo. As manifestações autísticas da criança divide-se entre os âmbitos social, linguístico e motor. No primeiro, são constatados problemas que se manifestam de variadas formas mas que não estão relacionados com o desenvolvimento intelectual do sujeito. No segundo, ocorre um atraso no desenvolvimento da linguagem, e com relação a motricidade, a criança realiza movimentos repetitivos de comportamento. Delimitando as esferas de manifestações comportamentais de um autista, Mello (2004.p.114-115), descreve algumas dificuldades nos âmbitos da comunicação, sociabilização e imaginação :

- Dificuldade de comunicação- caracterizada pela dificuldade em utilizar sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal.
- Dificuldade de sociabilização-este é o ponto crucial no autismo e o mais fácil de gerar falsas interpretações.
- Dificuldade no uso da imaginação- se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende as várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Exemplo: comportamentos obsessivos e ritualísticos.

No contexto educacional, deve-se levar em consideração as particularidades do sujeito autista. O autismo caracterizado por um conjunto de sintomas que alteram as áreas da comunicação, linguagem, socialização e comportamento, as habilidades sociais são as mais afetadas no autista, o que dificulta na vida social do indivíduo. Por isso esta pesquisa busca refletir na docência como a profissão das

interações humanas, e percebe o professor como contribuinte para o estímulo na aprendizagem das crianças com esse transtorno de aprendizagem.

Levando em consideração que a habilidade de comunicação verbal e não verbal é afetada pelo transtorno, o docente deve repensar suas práticas de forma que inclua o educando. Segundo Figueiredo (2010, p.36) “[...] isso significa transformar as práticas que temos hoje (na sua maioria, pautadas no conceito de homogeneidade) em práticas que atendam as diferenças dos alunos da sala de aula.” (p.36). Com outras palavras, a prática do educador pautada na homogeneidade não admite mudanças e reconstrução que viabilize a inclusão escolar, as intervenções apoiadas ao que já é costumeiro é aparentemente mais fácil de se trabalhar. Por outro lado, o novo projeto educacional de inclusão exige o aprimorar-se, reconstruir-se, reinventar-se em atividades evidenciadas na necessidade de atender as diferenças e especificidades de cada educando.

AMY (2001), afirma que uma única metodologia para a ação docente em sala de aula não é suficiente, considerando uma criança com Transtorno do Espectro Autista, a associação entre os métodos pedagógicos torna-se um meio para adaptar o que é preciso para o desenvolvimento da socialização do aluno. Outra atitude fundamental a é tornar conhecido em sua vivência de sala de aula, as aspirações e preferências da criança autista, a fim de que as metodologias de ensino venham de encontro com os desejos do discente, facilitando assim o manuseio dos recursos pedagógicos e a convivência do aluno na sala de aula. De acordo com Silva (2012), na mediação pedagógica com uma criança com TEA, é interessante que o professor

[...] procure saber quais são os maiores interesses do aluno com autismo e prepare materiais e atividades com esses temas. Isso fará com que ele se sinta mais estimulado a aprender, além de melhorar o vínculo entre aluno e professor. Sempre que possível utilize o máximo de material visual ou concreto, mostre figuras e gravuras no decorrer das explicações, e proporcione aos alunos, vivências práticas, em que ele possa experimentar as coisas. (p.117)

Estas são algumas maneiras que facilitam a didática com o aluno autista, são ações simples mas que fazem a diferença na vida da criança. O professor se constrói como pessoa e profissional a partir do momento em que se dispõe a aprender com o aluno dentro de suas possibilidades de interação. E quando essa interação é afetada por agentes internos, busca-se ainda o conhecimento do problema para que seja identificado e trabalhado. Afinal, é no contato com outros sujeitos que a aprendizagem se concretiza de pouco em pouco, dando seus pequeninos passos até ser um dia se tornar uma aprendizagem plena que se faz superando a exclusão, discriminação e preconceitos.

“É preciso que a formação de professores contribua para promover uma educação inclusiva. Sempre com a consciência de que a inclusão se define pela capacidade de aprender e de dominar os instrumentos básicos do conhecimento e da vida em sociedade. São os mais desprotegidos que necessitam de mais e de melhor escola. A *educação para todos* só faz sentido se se traduzir na *aprendizagem de todos*” (Nóvoa, 2011, p. 76).

No contexto de uma inclusão escolar, a formação dos professores precisa ser feita de forma que se amplie os horizontes para as práticas educativas, ora, com este novo modelo educacional é necessário que se faça uma nova prática, e para isso precisa que haja a capacidade de domínio de novos instrumentos e métodos para as práticas educativas cujo objetivo seja desenvolver crianças aptas para uma vida em sociedade.

As crianças com necessidades educacionais especiais, exige o um olhar empático sobre as suas dificuldades na aprendizagem, são as que mais precisam de apoio e acompanhamento pedagógico dos professores. A inclusão escolar envolve uma educação que abrange a todos, sem distinção, segregação e preconceitos.

Algumas considerações finais

A inclusão escolar é um assunto necessariamente urgente a ser discutido e trabalhado nos diálogos das instituições de ensino, trata-se de um projeto educacional que frisa o aluno como sujeito histórico-social e cultural, o qual pode ou não precisar de tratamentos individualizados mas que a escola como instituição social pode e precisa atender as necessidades da criança dentro de suas possibilidades. A escola já tem seus desafios ao lidar com o ensino regular, mas é inadmissível a falta de preparação para atender os alunos com Transtorno Global da Aprendizagem.

O termo inclusão escolar surge diante da necessidade de concretizar uma educação de qualidade, que está ligada ao combate de atitudes discriminatórias, a responder as necessidades básicas e educativas especiais na aprendizagem dos educandos.

Por isso, a inclusão escolar moderna envolve práticas que supere toda e qualquer exclusão e ou metodologia passiva, voltando-se para a pluralidade de métodos educativos, frisando também o aluno como sujeito singular, de características específicas que precisam ser compreendidas e apoiadas.

A partir da percepção de uma criança autista em sala de aula, faz-se necessário que se considere algumas atitudes:

- Investigação dos interesses das crianças autistas a fim de articular as atividades pedagógicas com esses temas;
- Relatar aos pais os comportamentos da criança e suas dificuldades na aprendizagem para que elas tenham um acompanhamento especializado;
- Considerar o real conceito de inclusão escolar de forma que se possa nortear a formação pessoal e profissional dos professores.

Na formação docente para inclusão escolar é interessante o investimento na preparação de educadores que saibam identificar algumas ou todas as disfunções nas áreas comportamentais, sociais da linguagem de crianças autistas em sala de aula, a intervenção especializada e precoce no contexto do autismo infantil colabora para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Outro fator relevante é que durante os estágios supervisionados na modalidade de educação infantil, tanto o professor regente, quanto estagiários manter diálogo aberto e harmonioso sobre as particularidades de cada aluno a fim de que a intervenção pedagógica na classe regular de ensino considere as especificidades e anseios dos educandos e ao ser percebida a presença do autismo infantil, as práticas pedagógicas e as intervenções didáticas sejam baseadas na compreensão de que aquele indivíduo é um sujeito singular porém pode se desenvolver e contribuir para a aprendizagem na classe regular de ensino. Nota-se que tanto professor quanto alunos aprendem durante a troca de saberes e vivências em sala de aula, faz-se importante a superação da ideia de que as condições biológicas apresentadas pelos educandos são razões definidoras do seu processo de desenvolvimento. O fato da criança ser autista, não é motivo conclusivo de que ela tem que ficar sozinha, e é incapaz de desenvolver a comunicação verbal. Atitudes como esta precisam ser combatidas, e por isso faz-se necessário um modelo moderno de inclusão escolar.

Para uma escola inclusiva os conteúdos curriculares não são suficientes para a formação do educando. É preciso uma influência mútua dentro das relações dialéticas propostas pelos sujeitos do ambiente escolar, de forma que o aprendizado siga o curso de desenvolvimento da inserção cultural do aluno, e para isso, o ensino precisa ser estruturado de forma que estimule a criança tornando o processo de aprendizagem significativo.

Nesse sentido, o professor e escola, dentro da reestruturação das condições materiais, físicas e pedagógicas para um projeto de educação inclusiva, devem enxergar as formas de alcançar os objetivos pretendidos encerrando as visões limitantes de deficiência e impossibilidade de

aprendizagem e desenvolvimento as crianças que apresentam tal condição biológica, psicológica ou psíquica. O modelo inclusivo necessário, consolida-se no descrédito da atitude de simplesmente inserir o aluno na sociedade, preenchido apenas de conteúdos superficiais sobre a compreensão dos fenômenos naturais, regras gramaticais ou sequências numéricas, esta modalidade educacional deve objetivar o desenvolvimento de indivíduos que sejam autônomos, construtores de conhecimento e agentes transformadores na sociedade. Precisa-se dizer um basta ao ensino cuja finalidade é a exclusão do aluno como sujeito histórico-social de saber ser e saber fazer coletivo, a escola como instituição que oportuniza as relações sociais deve fazer valer o seu poder de influência, e para isso, refletir em suas práticas cotidianas a oportunidade de relações sustentáveis, cuja definição de exclusão e segregação torne-se inexistente e inoperante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

AMY, M. D. **Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação terapêutica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FIGUEIREDO, Rita. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. **In_ Inclusão : revista da educação especial**. Brasília, v. 5. n.2. p. 32-38, jul/dez. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra.1996.

GARRIDO, Selma; SOCORRO, Maria. **Estágio e docência**. 3 ed. São Paulo: Cortez.2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é ? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. 2003.

MELLO, A.M.S. Rosde. **Autismo: Guia prático**. 3 ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE. 2004.

MONTEIRO, Eduardo; MOTTA, Artur. **Gestão escolar: perspectivas, desafios e função social**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

NÓVOA, Antônio (org). **Os professores e sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom quixote. 1995

NÓVOA, António. **Regresso dos professores**. Pinhais: Melo, 2011.

PEREIRA, Claudia; SANTOS, Martinha. Os rumos da educação especial no Brasil frente ao paradigma da educação inclusiva. **Inclusão: revista da educação especial**, Brasília.v.5,n.2.p.19-24,jul/dez.2010.

PRAÇA, E.T.P. de O. **Uma reflexão acerca da inclusão de um aluno autista no ensino regular**.Dissertação (Mestrado profissional em Educação Matemática) Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de ciências exatas. Pós graduação em Educação Matemática, Juiz de Fora, 2011. Disponível em < [www.ufjf.br /mestradoedumat/files.2011/05/ Dissertação –E-Lida.pdf](http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files.2011/05/Dissertação-E-Lida.pdf)>. acesso em : 25Maio.2013.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o autismo/** Ana Beatriz Barbosa Silva, Mayra Bonifácio Gaiato, Leandro Thadeu Reveles. Rio de Janeiro: objetiva. 2012.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 9 ed. Petrópolis. Vozes. 2014.

1 Artigo apresentado ao Educon (Colóquio internacional de educação e contemporaneidade) no período de setembro a outubro de 2020.

* Licenciada em pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe ,bolsista do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação a Docência (PIBID) no período de (2015 a 2018) ,pós graduanda em educação especial e inclusiva e neuropsicopedagogia institucional e clínica , pela faculdade Dom Alberto (RS), E-mail <jocielefriendly@gmail.com>.

** Professora adjunta do departamento de educação da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do grupo de pesquisa Clínica da Atividade e Trabalho Docente. E-mail <isabelarosalia@hotmail.com>

*** Mestranda em educação (PPGED/UFS), licenciada em pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe, pós graduanda em psicopedagogia e educação especial, pela faculdade Dom Alberto (RS), bolsista do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação a Docência (PIBID) no período de (2016 a 2018) membro do grupo de pesquisa Clínica da atividade e Trabalho Docente, E-mail <Viviane.novaes89@gmail.com>..